



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI No. 009/2000

Acrescenta dispositivo ao § 2º, Art. 1º, da Lei No. 1.976, de 10.07.89, que “concede bolsas de estudo a servidores públicos municipais, e dá outras providências”.

Art. 1º)- O § 2º, do Art. 1º, da Lei No. 1.976, de 10.07.89, que “concede bolsas de estudo a servidores públicos municipais, e dá outras providências”, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 1º – (...)

I – (...)

II – (...)

III – Os Servidores, já diplomados, que estejam cursando outro curso superior.

(...)

Art. 2º)- Permanecem inalterados e em pleno vigor os demais dispositivos da Lei No. 1.976, de 10.07.89.

Art. 3º)- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º)- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 21 de fevereiro de 2.000

Vereador Antonio Carlos Jacob

Oswaldo Peixoto Guimarães
Vereador

Rosa Araújo
VEREADORA

Vereador Geraldo Bicalho Calçado

Lula Alberto Gravina
Vereador

Fernando Fagundes

Vereador Ademir de Paula



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 1.976, de 10.07.89.

Concede Bolsas de Estudo a Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam concedidas Bolsas de Estudo para Servidores Públicos Municipais que estejam cursando o nível superior.

§ 1º - As Bolsas de Estudo serão concedidas até um limite de 25 (vinte e cinco) bolsas.

§ 2º - Poderão se habilitar à concessão das Bolsas de Estudo:

- I - Os Servidores que ainda não possuírem diploma de nível superior;
- II - Os Servidores, já diplomados, que estiverem cursando habilitação ou similar, decorrente do curso superior concluído.

Art. 2º - As Bolsas de Estudo, de que trata o artigo anterior, serão destinadas a financiar 50% (cinquenta por cento) do custo de cada mensalidade escolar.

Art. 3º - Os critérios para concessão destas Bolsas de Estudo serão os seguintes, por esta ordem:

- I - Situação sócio-econômica do candidato;
- II - Correlação entre o curso escolhido e a atividade desenvolvida pelo candidato no seu setor de trabalho;
- III - Mérito;
- IV - Antiguidade.

Art. 4º - A concessão dessas Bolsas de Estudo será anual e renovável, desde que os critérios seletivos sejam novamente atendidos.

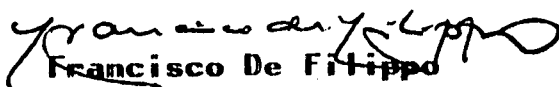
Art. 5º - O ato de concessão será do Secretário Municipal de Educação e Cultura, que baixará as instruções necessárias para a efetiva aplicação desta Lei, no prazo de 15 (quinze) dias, contados de sua vigência.

Art. 6º - As despesas decorrentes destas Bolsas correrão à conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 7º - Os efeitos desta Lei retroagem a 1º de janeiro de 1989.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente Lei em vigor na data de sua publicação.

Ubá, MG, 10 de julho de 1989.


Francisco De Filippo
Prefeito Municipal

III - Os Servidores, já diplomados, que estejam cursando outro curso superior.

JUSTIFICATIVA

Lei nº 1976, 10-04-89

Visando ampliar os serviços
que podem ser contemplados
com a Lei em tela e com o
aumento do número de faculdades
em nosso município, é que propomos
o Acrescimo de Ite Dispositivo.